

TENDÊNCIAS DAS PUBLICAÇÕES NACIONAIS SOBRE A INCLUSÃO DA TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NOS CURRÍCULOS OFICIAIS DA REDE DE ENSINO SUPERIOR

Silvana Costa Santa Rosa ¹
Joaquina Barboza Malheiros ²
Syrney Thiago Fonseca dos Silva ³
Edinéia Tavares Lopes ⁴

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo apresentar o mapeamento das publicações nacionais, sobre a inclusão da temática história e cultura indígena nos currículos oficiais da rede de Ensino Superior, publicados dentro do recorte temporal de 2008 a 2017, iniciando do ano em que foi sancionada a Lei 11.645/08. Para selecionar o maior número possível de teses, dissertações e artigos, foram realizadas buscas nos sítios da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e do periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). A partir da coleta, obtivemos no total 37 trabalhos, sendo esses, 03 artigos, 25 dissertações e 09 teses. Dentre os 37 trabalhos encontrados, 12 apresentaram proximidade com o tema da pesquisa, suas discussões estão voltadas principalmente para temas como a implementação da Lei 11.645/08, as concepções de alunos não-indígenas sobre os povos indígenas brasileiros e sobre a arqueologia indígena. Consideramos que inclusão da temática história e cultura indígena no currículo oficial de ensino superior pode contribuir com relações mais igualitárias e equitativas na sociedade brasileira, além de promover discussões que vão além da contribuição dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira como prevê a Lei 11.645/08, pode se configurar como instrumento de reconhecimento e valorização dos povos indígenas, de suas identidades, ancestralidades, costumes e crenças, que são anteriores à formação da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Lei 11.645/08, História e Cultura Indígena, Publicações brasileiras, Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

A lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 altera a Lei nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-Brasileira e indígena”. Em atendimento a Lei as instituições deverão incluir nos currículos, diversos

¹ Mestra em Ensino de Ciências e Matemática - UFS. Docente do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, silvana.csr@gmail.com;

² Mestra em Ensino de Ciências e Matemática. Docente do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológica da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. joaquinamalheiros10@gmail.com;

³ Especialista em Ensino de Química – Professor da rede municipal de Ensino de Macapá. E. M. E. F. Exp. Wilson Malcher. sirneythiago@gmail.com

⁴ Doutora em Educação. Docente do departamento de Química da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Edineia.ufs@gmail.com.

aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

A aplicação da Lei 11.645/08 no Ensino Superior, tem papel fundamental, pois é instrumento de orientação para o combate à discriminação, bem como para promoção de ações afirmativas, no sentido que reconhecem a universidade como lugar da formação política e de valorização das matrizes culturais que compõem o Brasil, proporcionando uma formação mais global do graduando.

Segundo Borges (2010) estamos em busca de valorizar devidamente a história e a cultura dos povos afrodescendentes e indígenas, buscando assim reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A inclusão da história e Cultura indígena nos currículos da educação básica e superior amplia o foco dos currículos para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.

Consideramos que a inclusão da história e cultura indígena no Ensino Superior pode ser realizada a partir da perspectiva da Educação Intercultural, princípio em que é pautado o desenvolvimento dessa pesquisa.

Para Fleuri (2003, p. 31), “a educação, na perspectiva intercultural, deixa de ser assumida como um processo de formação de conceitos, valores, atitudes, baseando-se uma relação unidirecional, unidimensional e unifocal, conduzida por procedimentos lineares e hierarquizantes”. Para o autor, a educação passa a ser entendida como o processo construído pela relação entre diferentes sujeitos, criando-se contextos interativos em que há aprendizagem não apenas das informações, dos conceitos, dos valores, mas, sobretudo, a aprendizagem dos contextos em relação aos quais esses elementos adquirem significados, tornando-se, assim, uma proposta de Educação para a “alteridade”, os direitos do outro, a igualdade de dignidade e de oportunidade.

É nesse sentido que buscamos centrar nossas discussões, na busca pela inclusão da história e cultura indígena no Ensino Superior como forma de contribuir com relações mais igualitárias e equitativas na sociedade brasileira; e de reconhecimento e valorização das diferentes culturas que formam essa sociedade. Desse modo, este artigo⁵ tem por objetivo

⁵ Esse artigo é parte constituinte de um contexto maior, que se trata de uma pesquisa sendo desenvolvida no âmbito do projeto intitulado “Educação em Ciências na Perspectiva da Educação Intercultural: Investigando e Construindo

apresentar o mapeamento das publicações nacionais, dos últimos quinze anos, sobre a inclusão da temática história e cultura indígena nos currículos oficiais da rede de Ensino Superior.

O estudo será apresentado em três seções: a primeira apresenta o percurso metodológico, em seguida se apresentará os resultados encontrados nas buscas nos sites e a discussão dos trabalhos publicados sobre a temática e por fim se fará algumas considerações sobre a inclusão da temática história e cultura indígena no Ensino Superior.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para selecionar teses, dissertações e artigos nacionais, relacionados com a temática em estudo, publicados dentro do recorte temporal de 2008 a 2017, iniciando pelo ano que foi sancionada a lei, foram realizadas buscas nos sítios da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Scientific Electronic Library Online (Scielo) e do periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Buscando identificar o máximo possível de produções científicas, foram utilizados vários termos que se relacionavam à temática indígena na escola, quais sejam: **“indígena educação”**; **“indígena na educação”**; **“indígena na escola”**; **“indígena na universidade”**; **“Lei 11.645/08”**.

A partir das leituras dos resumos selecionamos as produções que apresentavam relação direta com a temática investigada e realizamos a leitura das produções identificando o quantitativo, ano, estados, regiões, instituições vinculadas, nível, contextos investigativos e o que anunciam, conforme relatado a seguir.

A TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NAS PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS: REFLEXÕES INICIAIS

A partir da coleta, obtivemos no total 37 trabalhos, sendo esses, 03 artigos, 25 dissertações e 09 teses. Os artigos foram desenvolvidos por pesquisadores vinculados a instituições do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Cada um dos estados apresenta 33,33% dos artigos produzidos. O maior percentual das dissertações encontradas foram desenvolvidas no estado de São Paulo 36%, seguido do estado do Rio Grande do Sul 24%, dos estados da Bahia, Minas Gerais e Paraíba com 8% cada e dos estados do Amazonas, Ceará, Pernambuco e do Distrito Federal com 4% cada um. Quanto as teses, o estado de São Paulo

Possibilidades”, que está sendo financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

apresentou maior quantidade de produção, com 44,44%, seguida o estado da Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná e Pernambuco com 11,11% cada um (Quadro 01).

Tabela 01: Publicações brasileiras, encontradas em 2017 nos sites da CAPES, BDTD e SCIELO, sobre a “Temática história e cultura indígena”, por estado da federação.

Estados e DF	Tipo de produção			
	Artigo	Dissertação	Tese	Totais
AM	00	01 (4%)	00	01
BA	00	02 (8%)	01 (11, 1%)	03
CE	00	01(4%)	00	01
DF	00	01(4%)	00	01
MG	01 (33,33%)	02 (8%)	00	03
PE	00	01(4%)	01 (11, 1%)	02
PB	00	02 (8%)	00	02
PR	00	00	01 (11, 1%)	01
RJ	00	00	01 (11, 1%)	01
RS	01 (33,33%)	06 (24%)	01 (11, 1%)	08
SP	01 (33,33%)	09 (36%)	04 (44,4%)	14
TOTAIS	03 (100%)	25 (100%)	09 (100%)	37

Constatamos que, em relação a produção dos artigos, as instituições dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais apresentaram percentuais semelhantes. No que se refere as dissertações o estado de São Paulo apresentou a maior quantidade, com a segunda maior produção está o estado do Rio Grande do Sul, seguido por Bahia, Minas Gerais e Paraíba e os menores percentuais foram apresentados pelos estados do Amazonas, Ceará, Pernambuco e do Distrito Federal. Sobre as teses, o estado de São Paulo se destacou, apresentando 44,44% das produções, seguido pelos estados da Bahia, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, e Rio Grande do Sul.

Agrupando os artigos, dissertações e teses constatamos que o estado de São Paulo apresentou maior número de produções, sendo 37,83%, seguido do estado do Rio Grande do Sul com 21,62%. Os estados de Minas Gerais e Bahia apresentaram o terceiro maior percentual de publicações que é de 8,10%. Portanto, as instituições dos estados de SP, RS, MG e BA têm se destacado nas produções científicas que abordam a temática história e cultura indígena.

Em continuidade, esses trabalhos foram organizados em quatro grandes grupos, conforme o tema investigado. Denominados esses quatro grupos como: **Grupo 1 – Inclusão da temática história e cultura indígena; Grupo 2 – Temática africana e/ou afro-brasileira; Grupo 3 – Educação Escolar Indígena e/ou Educação Indígena; Grupo 4 – Inserção de alunos indígenas do Ensino Básico e no Ensino Superior.**

Dos 37 trabalhos encontrados, 03 foram agrupados em G1 – Inserção de alunos indígenas no Ensino Técnico e no Ensino Superior; 10 em G2 – Temática história e cultura africana e/ou afro-brasileira; 10 em G3 – Educação Escolar Indígena e/ou Educação Indígena; e 12 em G4 – Inclusão da Temática história e cultura indígena.

Os trabalhos de G1 abordam os seguintes focos de estudos: 02 a inserção de indígenas na educação tecnológica e no ensino superior, 01 sobre os discursos de indígenas e afrodescendentes sem acesso à universidade (Quadro 01).

Quadro 01: Publicações que discutem sobre a inserção de alunos indígenas no Ensino Técnico e Ensino Superior, organizadas de acordo com o foco do estudo, encontradas dos sites da CAPES, BDTD e SCIELO, em 2017.

G1 - Inserção de alunos indígenas no Ensino Técnico e no Ensino Superior				Subtotais
Inserção de indígenas na educação tecnológica e no ensino superior	00 A	02 D	00 T	02
Discursos de indígenas e afrodescendentes sem acesso à universidade	00 A	01 D	00 T	01
Subtotais	00	03	00	03

A temática história e cultura africana e afro-brasileira foi abordada nos seguintes focos de estudos: 06 na implementação da Leis 10.639/03 e 11.645/08, 01 na implantação da literatura afro-brasileira e africana na escola e 3 discutem questões raciais no livro didático, na escola e na formação da identidade da mulher negra (Quadro 02).

Quadro 02: Publicações que discutem a temática história e cultura africana e/ou afro-brasileira organizadas de acordo com o foco do estudo, encontradas dos sites da CAPES, BDTD e SCIELO, em 2017.

G2- Temática história e cultura africana e/ou afro-brasileira na escola				Subtotais
Implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08	01 A	04 D	01 T	06
Inserção da literatura afro-brasileira e africana na escola	00 A	01 D	00 T	01
Questões raciais no livro didático, na escola e na formação da identidade da mulher negra	00 A	03 D	00 T	03
Subtotais	01	08	01	10

A Educação Escolar Indígena e/ou a Educação Indígena foram abordadas com os seguintes focos de estudos: 02 na formação do professor indígena, 02 para a educação ambiental, 02 na discussão das relações entre a Educação Escolar Indígena e a Educação indígena, 01 para a educação inclusiva, 01 para sexualidade e gênero, 02 Educação Intercultural e Interculturalidade (Quadro 03).

Quadro 03: Publicações que discutem Educação Escolar Indígena e/ou Educação Indígena, organizadas de acordo com o foco do estudo, encontradas dos sites da CAPES, BDTD e SCIELO, em 2017.

G3 - Educação Escolar Indígena e/ou Educação Indígena				Subtotais
Formação de professor indígena	00 A	00 D	02 T	02
Educação Ambiental	00 A	02 D	00 T	02
Educação intercultural e a Interculturalidade	00 A	00 D	02 T	02
Educação inclusiva	00 A	01 D	00 T	01
Sexualidade e Gênero	00 A	01 D	00 T	01
Relações entre a Educação Escolar Indígena	00 A	02 D	00 T	02
	00	06	04	10

Os trabalhos de G4 abordam os seguintes focos de estudos: 4 as concepções de alunos não indígenas sobre os povos indígenas, 1 sobre arqueologia indígena, 8 discutem a implementação da Lei 11.645/08 (Quadro 04).

Quadro 04: Publicações que discutem a inclusão da temática história e cultura indígena organizadas de acordo com o foco do estudo, encontradas dos sites da CAPES, BDTD e SCIELO, em 2017.

G4- Inclusão da temática história e cultura indígena				Subtotais
Concepções de alunos não-indígenas sobre os povos indígenas	00 A	03 D	01 T	04
Implementação da Lei 11.645/08	02 A	05 D	00 T	07
Arqueologia indígena	00 A	00 D	01 T	01
Subtotais	02	08	02	12

Em síntese, foram encontrados no levantamento acerca das publicações brasileiras sobre a inclusão da temática história e cultura indígena 37 trabalhos, foram um total de 03 artigos, 25 dissertações e 09 teses. Se destacam nas produções científicas que abordam a inclusão da temática história e cultura indígena os estados de São Paulo, Rio grande do Sul, Minas Gerais e Bahia. Os trabalhos abordam sobre inserção de alunos indígenas no Ensino Técnico e no Ensino Superior, sobre a temática africana e/ou afro-brasileira, sobre a Educação Escolar Indígena e/ou Educação Indígena e sobre a inclusão da “temática história e Cultura indígena”.

Dos 37 trabalhos encontrados, 12 apresentam proximidade com o tema da pesquisa pois discutem a inclusão da “temática história e Cultura indígena”, sendo esses, 08 sobre a implementação da Lei 11.645/08, 03 sobre as concepções de alunos não-indígenas sobre os povos indígenas brasileiros e 01 sobre a arqueologia indígena. Esses 12 trabalhos foram agrupados em G4.

Das 12 publicações constatou-se que 5 foram desenvolvidas e instituições do estado de São Paulo expressando aproximadamente 42,66% das publicações. Em seguida, o estado do Rio Grande do Sul e Minas Gerais ambos com 2 trabalhos representando cerca de 16,66% cada

um. Apresentaram 1 publicação os estados da Bahia, Pernambuco, Paraná e Paraíba, cerca de 8,3% das publicações cada um dos estados.

Assim, verificamos que a maioria das publicações que discutem a temática história e cultura indígena foram desenvolvidos, respectivamente, em sua maioria, nos estados do São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Paraná. Portanto, essas investigações estão concentradas na região Sudeste (50%), região Sul (25%) e região nordeste (25%). A seguir apresentamos uma análise detalhada sobre o que anunciam essas publicações.

A temática história e cultura indígena: o que dizem as publicações brasileiras

Gomes (2011) discute a temática indígena por meio de sua dissertação de mestrado que teve por objetivo verificar o que muda na concepção que se tem em relação a temática indígena, de alunos, professores e coordenadores em uma das escolas que tem a presença constante de indígenas. Segundo a autora, a escola estudada está possibilitando um espaço de interculturalidade, mostrando que é possível aproximar e fazer conviver duas culturas, mantendo uma interação respeitosa, além de possibilitar o reconhecimento da ancestralidade e da valorização dos conhecimentos indígenas.

A dissertação de Silva (2012) aponta resultados da pesquisa que se propôs a examinar o processo de implementação da Lei 11.645/08, na rede Estadual de Ensino de Pernambuco, tendo como principal objetivo a investigação das ações governamentais do âmbito estadual. Os resultados apontaram que a atuação dos Movimentos Sociais e do MPPE tiveram grande relevância nas conquistas no âmbito estadual. No entanto as execuções de políticas públicas foram insuficientes, o que contribuiu para entrar os processos de implementação da Lei nº 11.645/2008.

Palhares (2012) na sua dissertação de mestrado apresenta uma pesquisa que analisou ilustrações sobre história e cultura dos povos indígenas em livros didáticos de História. A pesquisa verificou que apesar de avanços já considerados no estudo da história e cultura dos povos indígenas, permanece o uso de imagens estereotipadas, com grande recorrência de padrão físico uniformizado para retratar o indígena, geralmente colocado na floresta. Para a autora estas são representações que não ajudam a avançar na problematização da questão indígena na sociedade brasileira.

A pesquisa de Bento (2012) teve como objetivo buscar uma compreensão dos processos educativos que se desenvolveram na prática social de jogos de origem ou descendência indígena e africana no contexto de uma intervenção em aulas de Educação Física com educandos do 4ª

ano do ensino fundamental, para auxiliar com o cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Para o autor o constante diálogo entre os educadores e os(as) educandos(as), a partir da prática social de jogos proporcionaram a construção de processos educativos relacionados a valorização, conhecimento e reconhecimento da cultura Indígena.

Martins (2011) em sua dissertação analisou as obras: Babá Darebu e As peripécias do jabuti, de Daniel Mundurucu, e Pequena história de gente e de bicho, de Ciça Fittipaldi. O trabalho aborda a Lei 11.647/08 e a possibilidade de reflexo da Lei da produção literária de temática indígena desses autores. Com a pesquisa foi possível constatar que a literatura infantil assenta-se no presente, remete ao passado histórico e projeta um devir. Segundo o autor essa foi a tríade que pela qual foi possível depreender a própria dinâmica da história e o modo de o homem se relacionar com a sociedade, com ele mesmo e com o outro.

Lima e Carie (2013) apresentam algumas possibilidades do uso de narrativas de autoria indígena no ensino e na aprendizagem de História, propondo um diálogo entre narrativas Maxakali e teorias sobre a narrativa Histórica. Com a pesquisa verificaram que se pode relacionar as narrativas indígenas a vários objetivos presentes nos PCNs e da Lei 11.645/08, pois as narrativas indígenas se constituem como fontes históricas extremamente ricas.

O artigo de Gomes (2014) tem objetivo compreender que concepções e identificações que os alunos não-indígenas desenvolvem em relação aos povos ameríndios e a sua ancestralidade, em uma escola que assume e incorpora saberes indígenas em suas práticas cotidianas de ensino. A Escola Porto Alegre torna-se um lugar no qual os alunos possam estabelecer identificações, se reconhecer enquanto índios, brancos, negros, sem estereótipos, sem discriminações.

Marinho (2014) apresenta como objetivo de sua dissertação a reinterpretção dos professores acerca das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, em duas escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco de educação básica. Os resultados da pesquisa apontam à necessária conscientização dos sujeitos envolvidos com a prática educativa e a formação de professores tanto inicial como continuada para trabalhar com as temáticas propostas na Lei, na perspectiva da efetivação de um diálogo intercultural, baseado na igualdade e no reconhecimento da diferença.

Gilaverte (2014) discute em sua dissertação de mestrado reflexões sobre os discursos escolares referentes aos povos indígenas e como o estudante constrói a sua identificação em relação a estes grupos, a partir dos discursos que estão reconhecidos, aceitos e instituídos na matriz do Currículo Básico Comum - CBB do Estado de Minas Gerais, ofertado na disciplina de História. O autor afirma que o CCB mineiro rompe com a abordagem tradicionalista e faz

orientações para se trabalhar a diversidade e a diferença em um viés multicultural. Na disciplina de história, percebeu uma contextualização que perfaz o enfoque europeu e dos grupos dominantes.

A pesquisa de Lima (2014) analisou a partir de um estudo de público com alunos de séries iniciais, a relação dos sujeitos com a arqueologia e com o passado arqueológico, aquele que se refere à ocupação indígena na cidade de Londrina- Paraná. Os desenhos das crianças, instrumentos nos quais expressaram suas ideias e visões do passado local, apresentaram florestas vazias, ou com animais africanos, ou com casas de padrão recente ou que apresentavam indígenas sendo caçados, deram lugar às representações da paisagem local com grupos indígenas, composto por homens mulheres, vivenciando o cotidiano de uma aldeia.

Miquellete (2015) em sua tese investigou os regimes de interação e os processos identitários indígenas construídos entre esses sujeitos em duas escolas - uma indígena e outra não indígena -. Os resultados apontam que a mídia coloca o indígena em questionamento, tendendo para sua segregação e/ou assimilação. Nos discursos coletados na escola, esses questionamentos também estão presentes, o indígena coloca-se na posição de ser visto, tenta participar das relações de poder como não indígena como forma de sobrevivência de sua identidade culturalmente fundada. Na escola não indígena ainda reina o distanciamento do outro, os alunos e professores emitem estereótipos do indígena marginalizado socialmente, inviabilizado em sua participação social.

A dissertação de Souza (2015) objetivou identificar e analisar o espaço que a temática indígena ocupa na historiografia didática em face das transformações e/ou permanências provocadas pela instituição da Lei 11.645/2008. Na pesquisa percebeu que nos livros de meados do século XX, algumas ideias preconceituosas e ou evolucionistas que foram cristalizadas no século XIX ainda eram extremamente presentes nos textos analisados. Os livros didáticos estão iniciando na tarefa de acompanhar as contemporâneas pesquisas históricas e antropológicas que trazem os indígenas como sujeitos ativos na construção de sua história.

A partir da análise dos 12 trabalhos que abordam a temática história e cultura indígena, é possível constatar que as discussões em sua totalidade são voltadas para o Ensino Superior. Passados quase 10 anos depois de ser sancionada a Lei 11.645/08, verificamos que são tímidas as publicações nacionais que discutem a inclusão da temática história e Cultura indígena nos currículos de ensino. Isso configura um cenário em que ainda são tímidos os esforços das instituições na busca da implementação da Lei 11.64/08.

Essas considerações estão em conformidade com o relatório de Silva (2012) que apresenta um levantamento relativo ao desenvolvimento da temática “história e cultura dos

povos indígenas” em cursos de licenciatura de instituições de ensino superior. O estudo abrangeu 2.184 instituições públicas e privadas das cinco regiões do Brasil.

O Relatório apresenta inúmeras variações nas respostas das Instituições de Ensino Superior às demandas da Lei 11.645/08. Informando que um número reduzido de instituições considerou as exigências da lei que introduz a temática indígena no currículo obrigatório da educação básica. O documento aponta que algumas instituições afirmam falta de clareza do texto da lei, por não especificar a obrigatoriedade do ensino de tais conteúdos nos cursos de Graduação, atendo-se apenas à educação básica.

As instituições questionam ainda se haverá contratação de pessoal especializado em história e cultura indígena para ministrar as disciplinas a serem criadas. Porém o principal entrave para a implementação da Lei parece ser a falta de conhecimento sobre o tema, devido a reduzida quantidade de instituições que existam áreas de pesquisa e/ou especialistas em áreas (Nova) História Indígena, Indigenismo, Etnologia Indígena ou Etno-História.

Outra questão importante que implica na implementação da Lei 11.645/08 segundo o relatório é o problema da “folclorização” do tema, pela mídia, literatura, cinema e nos livros didáticos, que apresentam uma visão colonizadora dos povos indígenas, muitas vezes os retratando com uma visão estereotipada de índio genérico dando pouco espaço para as diferentes nações indígenas existentes em todo o território nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo tem por objetivo apresentar o mapeamento das publicações nacionais, dos últimos quinze anos, sobre a inclusão da temática história e cultura indígena nos currículos oficiais da rede de Ensino Superior, publicados dentro do recorte temporal de 2008 a 2017, iniciando do ano em que foi sancionada a Lei 11.645/08.

Nas buscas observamos que existe uma demanda grande de trabalhos relacionados à questão indígena, porém, quando filtramos a busca com os termos supracitados, sobre a inclusão da Temática história e Cultura Indígena, verificamos uma diminuição considerável no quantitativo de trabalhos encontrados.

No total obteve-se 37 trabalhos, sendo esses: 9 teses, 25 dissertações e 3 artigos. Os trabalhos são de instituições de ensino superior, públicas (federais e estaduais) e particulares. Dos 37 trabalhos investigados, 12 apresentaram proximidade com a temática em estudo, foram desenvolvidos entre os anos de 2011 e 2015, respectivamente, em sua maioria, nos estados do São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Paraná.

Apenas um trabalho teve origem em instituição de ensino da região Norte, foi no Estado do Amazonas, apesar dessa região abrigar grande número de populações indígenas a produção científica voltada para a temática é pequena. Verificamos ainda que a região Norte aparece como campo de estudo em muitas pesquisas, mas os pesquisadores, na sua maioria, estão vinculados à instituições de outras regiões do país.

Todos os 12 trabalhos apresentaram discussões voltadas para a Educação Básica, trabalhando principalmente temas como a implementação da Lei 11.645/08, as concepções de alunos não-indígenas sobre os povos indígenas brasileiros e sobre a arqueologia indígena. Na maioria das escolas pesquisadas ainda predomina uma visão colonizadora dos povos indígenas, como índio genérico, aquele que possui uma cultura homogênea e única em todo território nacional, habitantes da floresta, guerreiro e pescador. As atividades se concentraram principalmente no dia 19 de abril, dia do índio, não faziam parte da rotina e dos currículos das escolas.

Verificou-se a ausência de trabalhos que abordam a inclusão da temática “História e Cultura Indígena” no Ensino Superior nas três bases de dados onde foram realizados os levantamentos. Constatamos que as iniciativas para atender as demandas da Lei 11.645/08 na Educação Básica ainda são tímidas e no Ensino Superior são menores ainda.

Consideramos que inclusão da temática história e cultura indígena no currículo oficial de ensino superior pode contribuir com relações mais igualitárias e equitativas na sociedade brasileira, além de promover discussões que vão além da contribuição dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira como prevê a Lei 11.645/08, pode se configurar como instrumento de reconhecimento e valorização dos povos indígenas, de suas identidades, ancestralidades, costumes e crenças, que são anteriores à formação da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 11645, de 10 de março de 2008**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” na rede de ensino. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 20 jan 2017.

_____. **Levantamento e Análise de Informações Sobre o Desenvolvimento da Temática “História e Cultura Indígena” Nos Cursos de Licenciatura de Instituições Públicas e Privadas**. MEC/CNE. Brasília, 2012.

BENTO, C. C. **Jogos de Origem ou Descendência Indígena e Africana na Educação Física Escolar: Educação Para e nas Relações Étnico-Raciais**. Dissertação (Mestrado). São Carlos: UFSCAR, 2012.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica**. Revista Mestrado em História, v. 12, n. 1, jan./jun. Vassouras: 2010, p. 71-84. Disponível em:

http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_Inclusaodahistoriaculturaafro.pdf. Acesso em: 20 fev 2017.

FLEURI, R. M. Intercultura e Educação. **Revista Brasileira de Educação**. nº 23. Maio/jun/jul/ago 2003.

GOMES, Luana Barth. Em busca da Yvy Mara Ey (Terra sem Males): A procura por um território de visibilidade através da interculturalidade. Polis, **Revista Latinoamericana**, Volumen 13, Nº 38, p. 133-147. 2014.

GOMES, L. B. **Legitimando Saberes Indígenas na Escola**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRS, 2011.

GILAVERTE, A. P. **Quem São os Povos Indígenas Para os Estudantes?** Reflexões Sobre o Currículo Básico Comum do Estado de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado). São Carlos: UFSCAR, 2014.

LIMA, L. P de. **A arqueologia e os indígenas na escola**: Um estudo de público em Londrina - PR. Tese (Doutorado). São Paulo: USP 2014.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira; CARIE, Nayara Silva de. Narrativas Maxakali: Possibilidades Para o Ensino de Cultura e História Indígena. **Educação em Revista** v.29 n.03 p.41-62 set. Belo Horizonte, 2013.

MARINHO, G. M. de S. **Inclusão Obrigatória da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena no currículo**: Vozes e Tensões no Projeto Curricular no Estado de Pernambuco. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: UFPB 2014.

MARTINS, A. C. **Olhar Indígena e Olhar Indigenista para a literatura Infantil Brasileira**: Representações da temática Indígena por Cíça Fittipaldi e Daniel Munduruku. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 2013.

MIQUELETTI, E. A. **Processos Identitários Indígenas em Dourados: Leitura dos discursos midiáticos e escolares em uma perspectiva semiótica**. Tese (Doutorado). Londrina: UEL, 2015.

PALHARES, Leonardo Machado. **Entre o verdadeiro histórico e a imaginação criadora**: Ilustrações sobre história e cultura dos povos indígenas em livros didáticos de História. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG 2012.

SILVA, A. C. O. da. **Diversidades Etnicorraciais e a Política Educacional em Pernambuco**: A Inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena Como Conteúdo Curricular. Dissertação (Mestrado). Recife: UFPE, 2012.

SOUSA, G. K. B. **“Os Esquecidos da História” e a Lei 11.645/08**: Continuidades ou Rupturas? Uma Análise Sobre a Representação dos Povos Indígenas do Brasil em Livros Didáticos de História. Dissertação (Mestrado). Feira de Santana: UEFS, 2015.